

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SP URBANISMO – SÃO PAULO URBANISMO

Mário Reali - Representante Titular

2. SEHAB – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Antônio Rodrigues Martins – Representante Titular

3. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Robin Hlavnicka - Representante Titular

Cibele Sampaio - Representante Suplente

4. ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELAS

João das Virgens da Silva – Representante Titular

5. SMDU – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Taís Jamra Tsukumo – Representante Titular

6. APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas

Antônio Marcos Dória Vieira – Representante Titular

7. SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

Carlos Henrique Nunes Cabral – Representante Titular

8. SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Valéria Canestri – Representante Titular

9. FAU USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Maria Lúcia Refinetti Martins – Representante Titular

10. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Juarez Eduardo de Andrade Fortes – Representante Suplente

11. SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo

Eduardo Della Manna – Representante Suplente

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

Vladimir Ávila – SP URBANISMO DGF/GOU

Rosa Maria Miraldo – SP URBANISMO-DGF

José Antônio Aparecido Junior - SPURBANISMO - DDE/SEP

Jorge Cecin - SP OBRAS

Lígia Lamberti - SP OBRAS

Gustavo Zinn - Construtora OAS

Guilherme Baldi - Construtora OAS

Érika Magri - SEHAB/DEAR-SE

Julliechristi Dalefi - SEHAB/DEAR-Centro

Sheila Mendes do Nascimento – Forum de Lideranças OUCAE

José Orlando Guedini - Visitante

Gilberto da Costa - Visitante

Ivan Piccoli - Cia do METRÔ

Monica Silva - Cia do METRÔ

Ernesto Granado - Cia do METRÔ

Lauro J. Neto - Cia do METRÔ

Às 15h20min, no auditório do 10º andar do Edifício Martinelli, **Mário Reali**, Diretor de Gestão das Operações Urbanas da São Paulo Urbanismo e representante titular desta empresa no Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, tendo observado a presença de membros suficientes para o início dos trabalhos, abriu a 38ª Reunião Ordinária saudando a todos os presentes.

Coloca em discussão a ata da 37ª reunião que foi aprovada com reparo feita por **Antônio Rodrigues Martins**, que observou tratar-se da Construtora Kallas a empreiteira responsável pela segunda fase do Jd. Edith (correção na pag. 2 da ata). Passa então a palavra a **Rosa Miraldo** para apresentação dos aspectos financeiros e demais informes.

Rosa Miraldo inicia comunicando o falecimento do representante titular da União de Movimentos de Moradia neste Grupo Gestor, o Sr. Gerônimo Henrique Neto. Do ponto de vista operacional é necessária sua substituição, observando a questão da paridade de gênero prevista em lei e decreto pertinentes ao assunto. Considerando que este Grupo Gestor já está formado, a orientação vinda da Secretaria de Políticas para Mulheres é no sentido de que apenas as novas indicações observem o preconizado na legislação acerca da paridade de gêneros nos conselhos participativos paritários do Município.

Marcos Doria destaca a homenagem feita ao Sr. Gerônimo no jornal Folha de São Paulo com a publicação de um memorial sobre sua vida, pedindo que este material conste na ata da presente reunião. Aponta então aspectos da personalidade aguerrida do Sr. Gerônimo e sugere que alguma área pública possa ter o nome deste representante recentemente falecido.

Rosa Miraldo informa que se trata de uma questão afeta a Câmara Municipal, de modo que **Marcos Doria** sugere que o Grupo Gestor encaminhe esse pleito à Câmara. **Rosa Miraldo** diz que será providenciado.

Na sequência, **Rosa Miraldo** passa a apresentar aspectos do desenvolvimento das intervenções da operação urbana. Esclarece que o METRÔ deverá informar sobre o andamento das obras da Linha 17, que serão também abordados aspectos gerais da revisão da lei da presente operação urbana, incluindo o Plano Chucuri, este já tendo sido apresentado ao Grupo Gestor.

Informa então acerca dos estoques de títulos e potencial construtivo, situação financeira, gastos exclusivos com HIS, situação das obras de HIS, entre as quais está o Jd. Edite Fase 2, cuja capacidade de atendimento será de 68 famílias, e cuja ordem de início das obras foi recém emitida.

Robin Hlavnicka e **Cibele Sampaio** manifestam preocupação com respeito à possível divergência entre a proposta de lei de zoneamento em aprovação na Câmara Municipal e sua aplicação no perímetro da OUC Água Espraiada, destacando uma potencial ilegalidade da proposta em aprovação frente aos regramentos da operação urbana.

Mário Reali observa que é necessário aprofundar esse entendimento a partir de informes da negociação da lei de zoneamento proposta.

Antônio Rodrigues Martins observa que o HIS Jd. Edite 2 está sendo construído por ordem judicial para contemplar 28 famílias que não foram atendidas no Jd. Edite 1 e mais aquelas que estão destinadas ao atendimento no HIS Estevão Baião e que manifestaram

desejo de retornar ao Jd. Edite. Informa acerca dos projetos legais dos empreendimentos relacionados ao Chamamento do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, pela COHAB, que já há vários em aprovação na Secretaria de Licenciamento.

Prossegue agora focando a questão habitacional envolvendo parceria com o CDHU – relativa à implantação da linha 17 Ouro do Metrô - Monotrilho. Do rol de conjuntos habitacionais inicialmente proposto pelo CDHU para compor a oferta de unidades habitacionais, o CDHU informa que dois conjuntos não serão mais destinados à demanda Via Parque/ Linha 17; são eles Jabaquara E e Campo Belo A e B (parcial).

Segundo **Antônio Rodrigues Martins**, a demanda que comporá os conjuntos Campo Belo A e B serão utilizados para obras do Metrô - Linha 17, mas não mais famílias que compõem a demanda coincidente com as obras do Metrô sobre a Via Parque.

Rosa Miraldo esclarece que, em recentes reuniões com a Cia. do Metrô, aquela companhia sinalizou que o trecho da Linha 17 sobre a Via Parque não terá previsão de obras para 2016, de modo que as obras da operação urbana naquele trecho avançariam, mas as obras do Metrô não, devido a problemas financeiros do Governo do Estado de São Paulo.

Mário Reali afirma que é preciso intensificar a produção de HIS, que está vinculada ao empreendimento da Roberto Marinho (intervenção "Prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho"), fazendo gestões para ampliar o escopo junto à OAS e Odebrecht. As frentes de produção de unidades habitacionais são a partir da SP Obras (lotes 1 a 4 da licitação), da COHAB - Chamamento do Minha Casa Minha Vida, e do CDHU, este último em razão do convênio firmado entre a Prefeitura e o Estado de São Paulo, através de seus órgãos envolvidos, na consecução das obras da linha 17 Ouro. Explica que, se as obras do Metrô desaceleram a participação do CDHU também fica retida. Há mais de 2000 famílias em auxílio aluguel, e a produção habitacional deve priorizar este atendimento.

João das Virgens indaga a razão pela qual o Metrô está retirando do convênio as unidades dos conjuntos Campo Belo e Jabaquara E. Entende que o convênio precisa ser cumprido. São 8500 famílias a serem atendidas, das quais mais 2000 estão em situação de auxílio aluguel.

Mário Reali pondera que é preciso dialogar com Metrô para rever o convênio.

Rosa Miraldo prossegue com os informes abordando na sequência as obras do Parque Chuvisco, que estão em ritmo lento. Segundo **Jorge Cecin**, as obras serão retomadas após acertos decorrentes do TCA e também de demanda judicial por reintegração de posse de área junto à Rua Alsácia, que deverá ocorrer brevemente. São duas novas frentes. A Procuradoria Geral do Município conseguiu reverter a situação da ação judicial que dava ao morador da cooperativa de reciclagem o direito de continuar morando no terreno e então haverá a reintegração de posse. A OAS montou canteiro.

Quanto à Via Parque, **Jorge Cecin** informa que, acerca da canalização do Córrego Pinheirinho, que as famílias que conseguiram da justiça direito de permanecer no local.

Rosa Miraldo lembra o assunto tratado na reunião anterior, acerca da execução do coletor tronco pela Sabesp a partir de recursos da operação urbana, com posterior reembolso, que o convênio ainda está fase de elaboração da peça técnica. **Jorge Cecin** diz que é necessário que haja reintegração de posse para haver condições da continuidade da obra.

No tocante aos valores do convênio, há convergência quanto ao montante, mas divergência quanto aos índices a adotar para efeito de reajustes. A Sabesp está entendendo a argumentação e uma reunião para discussão do tema está por ocorrer. Quanto à obra propriamente dita, ainda não iniciada, será feita por método não destrutivo, por questões técnicas, de modo que as eventuais obras no local que vierem *a posteriori* não implicarão em retrabalho. O prazo de entrega ainda não pode ser precisado.

Jorge Cecin prossegue agora abordando as obras de prolongamento da Av. Chucri Zaidan e Pontes. A ponte Laguna deverá ser entregue até abril do próximo ano.

Rosa Miraldo convida a seguir os técnicos da Cia do Metrô **Ivan Piccoli** e **Ernesto Granado** para que atualizem os informes das obras da Linha 17 Ouro Monotrilho.

Ivan Piccoli faz o relato dos contatos mantidos com a SP Obras buscando colocar o projeto da Linha 17 par e passo com as obras da operação urbana. Passa a focar o trecho 3 da Linha 17 (que vai do Piscinão até a Estação Jabaquara - Linha Azul), explicando que por motivos relacionados à escassez de recursos não há previsão de continuidade das obras neste trecho até início de 2017.

Ernesto Granado ratifica as informações acrescentando que o Metrô está buscando equacionar o recurso para 2016 relativos aos demais trechos. Está prevista para agosto de 2017 a entrega do trecho 1. Afirma que a intenção é continuar todas as obras, mas que o ajuste fiscal imposto pelo governo federal tem dificultado a busca de financiamento. Entende que os recursos repassados pela operação urbana através do convênio firmado não podem ser utilizados pelo Metrô para fazer unidades habitacionais destinadas ao reassentamento ou auxílio aluguel. O dinheiro deve ser utilizado para obras da Linha 17, projetos e desapropriações necessárias. A intenção é continuar todas as obras assim que possível.

Robin Hlavnicka manifesta preocupação com respeito à integração de projetos e obras do Metrô com a CET.

Ivan Piccoli esclarece que foi feita a compatibilização dos projetos contemplando o futuro alargamento da Avenida Jorn. Roberto Marinho em razão das Vias Locais do Brooklin. Que esta compatibilização se deu em conjunto com SP Urbanismo e SP Obras. De modo que os projetos do Metrô estão concatenados com os demais projetos e são aprovados pela CET. Os acessos às estações estão muito distantes da avenida, mantendo o espaço necessário à futura implantação do viário. As locações dos pilares e do viário estão compatibilizadas.

Robin Hlavnicka cobra a finalização do projeto das Vias Locais, pois não se faz obra sem projeto.

Rosa Miraldo reitera que a compatibilização de projetos foi buscada com a participação de todos os órgãos da Prefeitura e do Estado envolvidos no projeto. Na reunião anterior havia um técnico da projetista afirmando que faltava um retorno por parte do Metrô acerca de como estaria a finalização do projeto.

Ivan Piccoli assegura que o projeto da Linha 17 está licenciado pela Secretaria do Verde e concatenado com demais obras que serão executadas no local.

Rosa Miraldo coloca que seria oportuno o Metrô trazer o projeto para que, em conjunto com a projetista das Vias Locais, sejam dirimidas as dúvidas finais remanescentes.

Robin Hlavnicka observa que, de dois anos para cá muitas coisas mudaram, inclusive a questão do túnel. Segundo sua colocação, a CET alega que não houve as devidas adequações de projeto.

Ivan Piccoli concorda em apresentar os projetos para verificação conjunta com a projetista das Vias Locais.

Mário Reali destaca que **Gustavo Partezani** apresentou informes sobre o projeto da CET, destacando que há a questão da continuidade da Roberto Marinho, com ou sem túnel, e suas interfaces com a via em continuação.

Robin Hlavnicka afirma que, no tocante ao túnel, vale a lei, que demanda o túnel enquanto não for revogada. Portanto, as Vias Locais são estruturais e necessárias. A região está sofrendo com os impactos das obras do Metrô. Havia promessa de que na próxima reunião o projeto seria trazido. Ou se define se vai fazer o túnel ou não; ou entra com pedido de alteração da lei, ou a execução do túnel consumiria todo recurso das obras, excetuando-se 10% das HIS.

Mário Reali pondera que ainda será falado acerca da alteração da lei, da elaboração de um novo prospecto que recoloca todo o equilíbrio financeiro da operação. Sugere que a apresentação dos informes prossiga para que então se passe a palavra aos representantes do Grupo Gestor. E aproveitando as considerações feitas pelo Metrô, observa que há convênio vigente com o Metrô relativo às obras da Linha 17 que viabilizariam 500 milhões para sua consecução. Integra esse compromisso a remoção de famílias no trecho 3 da obra, junto à Via Parque, impactadas pela Linha 17. Do montante estabelecido pelo convênio, falta o repasse de cerca de 109 milhões, que dependem do andamento das obras e atendimento das famílias. Caso as obras do Metrô não prossigam, será preciso repactuar o acordo para que se possa dispor de recursos para o atendimento das famílias atingidas.

Robin Hlavnicka indaga a **Mário Reali** acerca do projeto compatibilizando vias locais com CET.

Mário Reali entende que é necessária a sincronização dos projetos.

Rosa Miraldo prossegue a apresentação dos slides que são parte integrante desta ata. O próximo tópico destaca as propostas de alteração da Lei nº 13.260/2001 que disciplina a OUC Água Espraiada, inicialmente formulada em razão dos ajustes demandados pelo Plano Chucrí.

Mário Reali passa então a discorrer sobre o Plano Chucrí e o teor adicional das propostas de alteração, como a diferença entre o estoque total de potencial adicional de construção dos diversos setores da operação urbana que, somados, ultrapassam os atuais 3.250m² possíveis de utilização. A proposta de utilização do estoque máximo de cada setor foi submetida à consulta formulada à CVM e à Secretaria do Verde, o que ensejaria a possibilidade de captação de recursos adicionais para consecução das obras. A consulta voltou sem restrição por parte de ambos os órgãos.

Mário Reali apresenta também proposta de adequação de composição do Grupo Gestor em conformidade com as novas leis das operações urbanas consorciadas, de modo a uniformizar as representações dos conselheiros. A ideia é ouvir o conselho a respeito das alterações.

Jose Antônio Aparecido, Procurador Municipal, observa que é necessário também promover ajustes no artigo 15 da Lei nº 13.260/2001, que versa sobre deveres da operação urbana frente aos locatários de imóveis atingidos pelas obras e objeto de desapropriação. Isto traria responsabilidade sobre a operação urbana relativa aos locatários de qualquer imóvel objeto de desapropriação para a consecução das obras, seja em Americanópolis, seja no Brooklin ou na Chucrí Zaidan. A correção que se pretende é que haja obrigatoriedade de atendimento apenas para famílias locatárias que se enquadrem no perfil de utilização dos programas de Habitação de Interesse Social do município.

Mário Reali abre então inscrições para a manifestação dos conselheiros presentes.

Eduardo Della Manna afirma, na linha do que o **Robin Hlavnicka** mencionou, ainda que em tempo minimamente possível, que o Grupo Gestor pudesse se manifestar sobre a minuta do novo projeto de lei que visa alterar a atual Lei 13.260/2001. Deveria haver compromisso de que, antes do prosseguimento, isto fosse feito.

Antônio Rodrigues Martins reitera, em relação às HIS, que existem quatro frentes de ataque que visam prover o atendimento; que a SEHAB já entregou o Corruiras, o Gutemberg, o Iguazu e Jd. Edite; que a SEHAB está, conjuntamente com a COHAB e através do Programa Minha Casa Minha Vida, encaminhando 4000 unidades que não deverão onerar integralmente recursos da operação urbana, com perspectivas de utilização de recursos também do Casa Paulista e Casa Paulistana. No entanto, ainda não foram liberados recursos do MCMV e do Cada Paulista. A outra frente diz respeito ao CDHU, responsável por mais de 2000 unidades. Há informações que o Conjunto

Jabaquara E não atenderá a esta demanda, e de que os conjuntos Campo Belo A e B também não disporão do total de unidades em razão da necessidade de atender outra demanda do Metrô não integrante da operação urbana. Isso fere o convênio assinado. Existe frente de obras da operação urbana que a SP Obras está tentando viabilizar e as unidades são necessárias. Há mil unidades com a Odebrecht e outras em viabilização por diferentes frentes: novas áreas que não entraram no Chamamento da COHAB, que são várias áreas desapropriadas, para as quais ainda não há definição de que irá construir as unidades habitacionais. No total, há potencial de atendimento para mais de 8500 unidades. Neste número está incluída a participação do CDHU, de modo que não pode haver exclusão dos conjuntos Jabaquara E e Campo Belo A e B. Pelo convênio firmado entre a Prefeitura, o Metrô e o CDHU, caberia a este último a provisão de 2500 unidades habitacionais para atendimento das famílias impactadas pelas obras da Linha 17 na Via Parque.

Rosa Miraldo indica na apresentação o slide relativo à produção de HIS por órgão responsável pela execução.

Mário Reali informa que os lotes 1, 2, 3 e 4 estão sendo parcialmente substituídos pelo Chamamento COHAB MCMV.

Mário Reali justifica a necessidade de equilíbrio econômico da operação urbana para fazer frente às obras remanescentes. O valor total das obras é maior que o saldo existente, por isso é necessário fazer gestão na direção do equilíbrio econômico.

Robin Hlavnicka observa que o rombo era de 2 bilhões, conforme apresentado na gestão passada. Ou se fazia o túnel ou se faziam as demais obras.

Antônio Rodrigues Martins acrescenta que, adotando-se o valor de R\$ 150 mil/ UH, e contando com a participação do Programa Federal, bem como do CDHU, os gastos da operação urbana com HIS ficariam em torno de R\$ 350 milhões.

No tocante à participação do CDHU na produção habitacional, **Cibele Sampaio** afirma que o Governo do Estado não pode pular fora. Com respeito à proposta de alteração da Lei nº 13.260/2001, diz ter ficado espantada com a sugestão acerca dos membros do Grupo Gestor, que no seu entender seria muita gente. Observa que o atual formato do Grupo Gestor já implica em horas de discussão, e indaga qual a razão de aumentar isto; não vê como razoável a justificativa de que, pelo fato da operação urbana consorciada Bairros do Tamanduateí ter essa composição, a Água Espraiada deva aumentar tanto. Vota contra. Prossegue dizendo que há pessoas que não têm necessidade de participar. As propostas têm que ser apresentadas a todos os conselheiros, que têm que estudá-las, e então mandar.

Cibele Sampaio, referindo-se aos acordos mencionados por **Antônio Rodrigues Martins** relativos à produção de HIS por várias frentes, diz que não tem acordo, não tem que haver acordo, pois já há convênio assinado. Temos que atender as famílias. No tocante ao projeto das Vias Locais e sua adequação entre Metrô e CET, entende que deva ser

realizada uma reunião extraordinária, pois só vamos ter uma nova reunião no ano que vem. Os períodos entre as reuniões têm sido muito longos.

Rosa Miraldo esclarece que esta reunião foi protelada, pois estava havendo tratativas com o Metrô acerca da retomada das obras, pelo Metrô, no trecho 3, que é aquele que passará sobre a Via Parque. Algumas reuniões foram necessárias e por fim o Metrô confirmou que, embora não vá deixar as obras sem conclusão nesse trecho, não o fará até 2017. De modo que a convocação desta 38ª reunião foi prorrogada porque havia a expectativa acerca dos ajustes entre a SP Obras e o Metrô sobre o cronograma de obras na Via Parque, o que alteraria bastante os informes trazidos hoje.

Mário Reali esclarece que a proposta de alteração da lei nº 13.260/2001, no tocante à composição do Grupo Gestor, mantém os números atuais de 18 membros, sendo 9 da sociedade civil e 9 do poder público. Não houve ampliação.

João das Virgens pergunta como o Metrô vai desapropriar e nos tirar se existe um contrato. Afirma que o Metrô foge da reunião do Fórum de Liderança das comunidades atingidas pelas obras da operação urbana, e que, não havendo obras do Metrô, as moradias não serão retiradas: ou o Metrô nos dá moradia ou o Metrô não passa. Indaga ainda acerca dos recursos, onde estariam. Não vamos aceitar, reitera. O Metrô tem que cumprir o contrato que foi assinado com a operação urbana e a lei da operação urbana tem de ser cumprida. Tem um conselho que representa 8500 famílias. Deve ser cumprido o que foi assinado.

Robin Hlavnicka traz um pedido do pessoal da Ciranda (associação). Explica que esse pedido já foi feito por duas vezes, e diz respeito ao projeto da Chucri Zaidan: trata-se de esclarecimentos sobre projeto e obras do trecho novo, que vai à direção da Av. João Dias.

Carlos Cabral da Subprefeitura de Santo Amaro esclarece que já foi combinada uma reunião no local com a SP Obras, quando então será feita uma apresentação com **Jorge Cecin**.

Maria Lucia Refinetti pede maior esclarecimento acerca da questão do aumento dos estoques nos setores da operação urbana, conforme apresentado na proposta de alteração da lei. Pergunta por que o montante dos estoques foi inicialmente restrito.

Mário Reali pondera que, de fato, há um elemento mais difícil de entender que é a distribuição percentual dos estoques nos setores, dizendo que na verdade não se trata de um número, mas de uma proporção. Na gestão das propostas protocoladas é que se afere essa proporção (mínimos e máximos residenciais e não residenciais por setor).

Eduardo Della Manna manifesta-se dizendo que vamos evoluindo; com a nova proposta da OUC Bairros do Tamanduateí já se trabalha com estoques que vão ficar em uma "nuvem". A razão é porque você acha que uma determinada região vai ter uma tendência de crescimento, mas isso não acontece. Entende que é uma felicidade o EIA Rima da operação urbana ter aprovado esse 1,1 milhão de m² a mais.

Robin Hlavnicka observa que, se existe a possibilidade de 1,1 milhão de m² a mais, o impacto decorrente será complicado.

Marcos Dória, por outro lado, entende que a região está bem dotada de infraestrutura, citando a inauguração da Linha 5 Lilás e o futuro reforço da Linha 17 Ouro, ambas do Metrô.

Concluídas as manifestações dos conselheiros, **Mário Reali** abre à manifestação dos convidados presentes.

Sheila Nascimento dirige-se aos técnicos do Metrô questionando a retirada das unidades habitacionais antes direcionadas ao atendimento da demanda Metrô/ operação urbana. Está diminuindo o número de UH inicialmente vinculada ao atendimento da Via Parque e Linha 17.

Ivan Piccoli afirma que o CDHU é o responsável pela produção de unidades habitacionais, e não o Metrô. A razão do remanejamento das unidades dos conjuntos Jabaquara E e Campo Belo A e B é que, em razão de suas obras, o Metrô precisava atender as famílias em trecho que não era atingido por obras da OUCAE. Esclarece que não há verba para construir linha e da mesma forma também não há para produção de HIS. Não vamos abandonar as obras, mas no momento não temos recursos.

Sheila Nascimento observa que, em algum momento, o Metrô vai pegar carona na obra da Via Parque, que poderá ficar pronta antes.

Mário Reali explica que, diante dessa nova realidade, há necessidade de repactuação dos termos do convênio.

Sheila Nascimento afirma que a demanda requer os conjuntos que o CDHU indicou que seriam da operação urbana.

Antônio Rodrigues Martins lê trecho do convênio – Plano de Trabalho – onde estão explicitadas as obrigações do CDHU. E então afirmou que, o que lhe causou estranheza, foi a informação pelo CDHU da saída dos conjuntos indicados para atendimento do convênio Jabaquara E e parte do Campo Belo.

Ivan Piccoli concorda e diz que não pode responder pelo CDHU.

Mário Reali diz ser importante este assunto vir à tona, e afirma que se houver mudança no convênio, será trazida ao conhecimento do Grupo Gestor.

Gilberto da Costa quer resposta à sua indagação feita na reunião anterior sobre permissão para ocupação de 5 áreas; se há resposta para o pleito apresentado.

Rosa Miraldo diz que, conforme frisado na reunião anterior, não cabe ao Grupo Gestor decidir sobre os critérios de atendimentos formulados pelo Fórum de Lideranças em conjunto com a SEHAB.

Mário Reali ratifica que a preocupação é legítima, mas que cabe ao Fórum de Lideranças a condução dessas questões junto à população local, com o apoio da SEHAB.

Gilberto da Costa diz que a comunidade não aceitará remoção sem unidades prontas; entrará no Ministério Público.

Érika Magri explica a situação de remoção de um grupo que não quis nenhum atendimento, e que também recorreu à Defensoria Pública; que não houve acordo, e a conclusão do impasse agora se dará por reintegração de posse.

Mário Reali acrescenta que o **João das Virgens** é um representante das comunidades no Grupo Gestor que tem feito um bom trabalho, e que o consenso das comunidades adotado pelo Fórum precisa ser acatado.

Orlando Guedini inicia sua fala abordando os EIA–Rima’s das obras viárias da operação urbana, afirmando que o Eia Rima da OUCAE é de 2003. Se pegarem minhas falas verão que eu disse que, se fizer túnel, não se faz HIS. Há 4 empreiteiras com contrato, que contempla 1 trecho do túnel, 4000 HIS e 1 trecho Via Parque. A operação urbana pagou em projetos 35 milhões para o túnel e 23 milhões para a Via Parque; mais 7 de aditivos e mais 40 de gerenciamento; gerenciamento técnico e social é mais que auxílio aluguel. Diz ter falado com o Prefeito Haddad acerca do que fazer com os contratos do túnel. Tem canteiro em tudo quanto é lugar. Questionou acerca do andamento e obras do túnel.

Robin Hlavnicka observa que o envio da ata imediatamente antes das reuniões prejudica a avaliação do quanto tratado na reunião anterior à qual se refere à ata a ser aprovada, de modo que pede que as atas das reuniões sejam enviadas em 30 dias da data da reunião ocorrida.

Mário Reali responde a **Orlando Guedini** explicando que o Eia Rima total da operação urbana é um, e que cada intervenção viária em particular demanda seu próprio Eia Rima; que a proposta de alteração da Lei nº 13.260/2001 é importante para passar uma régua e equilibrar investimentos e arrecadação.

Robin Hlavnicka não discute a questão do estoque, mas quer saber se os recursos serão suficientes.

Mário Reali finaliza informando que encaminhará material relativo ao projeto de lei. Pede que as sugestões sejam enviadas por email, sendo agendada reunião extraordinária caso apresentadas sugestões.

Sem novas manifestações, **Mário Reali** encerra a reunião às 18h.

• **sábado, 26 de setembro de 2015**

FOLHA DE SP

• **índice geral do jornal de hoje**

cotidiano

- **TEXTO ANTERIOR**
- **PRÓXIMO TEXTO**

GERÔNCIO HENRIQUE NETO (1942-2015)

Lutou contra a seca e por moradia

FERNANDA PEREIRA NEVES DE SÃO PAULO

Nascido no sertão alagoano, Gerônimo Henrique Neto tinha pouco mais de 20 anos quando decidiu ir para São Paulo com a família. Deixava a seca e a fome para trás.

Seu Gerônimo, como era conhecido, se tornou pedreiro e alugou uma casinha na comunidade Jardim Edith, no Brooklyn (zona sul).

Longe da seca, começou a enfrentar outro problema depois de um tempo: moradia.

Como a comunidade não era regularizada, os moradores foram removidos e algumas áreas, desapropriadas.

Sempre de feição calma e séria, seu Gerônimo, que não era um homem de falar muito, resistiu na comunidade e assumiu a briga. Foram protestos,

negociações com políticos e disputas judiciais até a demarcação do Jardim Edith como área de interesse social e a construção de um conjunto habitacional no local.

Em 2012, os apartamentos foram entregues a 250 famílias. Um deles foi para seu Gerôncio e a mulher, Corália.

Orgulhoso de alcançar o objetivo, ele logo viu que não era apenas de casa que a comunidade precisava. Como presidente da Associação de Moradores, brigava agora pela instalação de uma unidade médica ambulatorial.

"Acho que o hobby dele era esse mesmo, passar experiência, lutar, além, claro, de uma partida de dominó", brinca o filho José Henrique.

Para lembrar sua importância, moradores levam agora cartazes com a frase "seu Gerôncio, presente" para as reuniões da comunidade. "É como se ainda estivesse com a gente na luta", diz o filho.

Morreu dia 16, aos 73, após ser atropelado. Deixa a mulher, seis filhos e seis netos.